VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA I

GABRIELA OLIVEIRA FREITAS
TAIS MALLMANN RAMOS
RENATO DURO DIAS

Copyright © 2024 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Goncalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Sigueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

P472

Pesquisa e educação jurídica [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Gabriela Oliveira Freitas; Renato Duro Dias; Tais Mallmann Ramos – Florianópolis: CONPEDI, 2024.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-978-0

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: A pesquisa jurídica na perspectiva da transdisciplinaridade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Pesquisa 3. Educação jurídica. VII Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2024 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA I

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica as pesquisas apresentadas no Grupo "Hermenêutica Jurídica, Filosofia, Sociologia e História do Direito, Pesquisa e Educação Jurídica e Direito, Arte e Literatura", no VII Encontro Virtual do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (Conpedi).

Os pôsteres apresentados demonstram como o ensino jurídico tem se comprometido com a pesquisa e o desenvolvimento de novos pesquisadores. Para nós professores, é estimulante e inspirador ver alunos de graduação e pós-graduação desenvolvendo projetos com tanta seriedade e comprometimento.

Nesse grupo, foram fomentados debates críticos e reflexões profundas sobre as múltiplas dimensões do Direito, abordando temas que perpassam a interpretação das normas, as teorias filosóficas do direito, os contextos sociais e históricos que moldam as práticas jurídicas e os métodos de ensino e pesquisa na área jurídica.

O diálogo interdisciplinar proposto por esse Grupo é essencial para o avanço do conhecimento jurídico. A partir da reunião de diferentes perspectivas e saberes, os debates empreendidos permitem a construção de uma visão mais abrangente e crítica do Direito, capaz de responder aos desafios contemporâneos e de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Esperamos que os diálogos e reflexões suscitados neste grupo de trabalho contribuam significativamente para o avanço do conhecimento jurídico e inspirem novas formas de pensar e praticar o Direito.

Gabriela Oliveira Freitas

Universidade FUMEC

Renato Duro Dias

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Taís Mallmann Ramos

Universidade Presbiteriana Mackenzie

EXCLUSÃO DIGITAL: DESAFIOS PARA A JUSTIÇA NA ERA DIGITAL

Vitoria Georgia dos Santos Martins

Resumo

Na sociedade contemporânea, a tecnologia e a internet desempenham um papel fundamental em quase todos os aspectos da vida. Esses avanços têm transformado a forma como nos comunicamos, trabalhamos e até mesmo como buscamos justiça. No entanto, enquanto a tecnologia facilita o acesso à informação e aos serviços, a exclusão digital representa um obstáculo significativo para aqueles que buscam acesso à justiça. A exclusão digital, caracterizada pela falta de acesso ou habilidades tecnológicas, pode limitar severamente a capacidade das pessoas de participarem plenamente do sistema jurídico, prejudicando a equidade e a eficácia do acesso à justiça. Este texto analisará os desafios enfrentados devido à exclusão digital no contexto jurídico, destacando a importância de garantir a inclusão digital

para todos os indivíduos.

O problema central desta pesquisa reside na falta de acesso equitativo à justiça devido à exclusão digital. Indivíduos sem acesso à tecnologia enfrentam dificuldades para buscar assistência jurídica, acessar informações legais relevantes e participar ativamente dos processos judiciais. Além disso, a exclusão digital pode agravar desigualdades pré-existentes no sistema jurídico, ampliando o fosso entre aqueles que têm recursos tecnológicos e aqueles que não têm. Essas questões levantam preocupações sobre a equidade no acesso à justiça e as

possíveis consequências sociais e legais da exclusão digital.

Os objetivos deste texto incluem realizar uma análise aprofundada dos impactos da exclusão digital no acesso à justiça, identificar possíveis soluções para mitigar esses impactos e fomentar uma discussão sobre a importância de garantir a inclusão digital no contexto jurídico. Por meio desses objetivos, busca-se contribuir para uma compreensão mais ampla dos desafios enfrentados pela justiça na era digital e promover ações que promovam a

equidade no acesso à justiça para todos os cidadãos.

Para abordar esses objetivos, este texto utilizará uma metodologia que inclui uma revisão sistemática da literatura sobre exclusão digital e acesso à justiça, análise de estudos de caso que destacam os impactos da exclusão digital no contexto jurídico, levantamento de dados estatísticos sobre acesso à justiça e exclusão digital, e possíveis entrevistas com especialistas no assunto. Essa abordagem multidisciplinar permitirá uma análise abrangente e embasada sobre o tema, contribuindo para uma discussão fundamentada e esclarecedora.

Palavras-chave: Exclusão digital, justiça, contexto jurídico

Referências

0

Castells, M. A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Acção Política. 2010.

Norris, P. Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide. 2001.

World Bank. World Development Report 2016: Digital Dividends. 2016.

United Nations. Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development. 2015.